

Junho

2015

Nota Técnica 1 - Uma Metodologia Simplificada de Estimação
do Consumo do Governo Nominal em Bases Trimestrais



27

CONJUNTURA

CARTA DE

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
Ministro – Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Marco Aurélio Costa

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais**

Brand Arenari

Chefe de Gabinete

José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1982-8772

carta de conjuntura

Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas

Gecon – Grupo de Estudos de Conjuntura

Equipe Técnica

Fernando José da Silva Paiva Ribeiro (Coordenador)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Paulo Mansur Levy

Colaboradores

Cláudio Hamilton Matos dos Santos
Marco Antonio Freitas de Holanda Cavalcanti

Equipe de Apoio

Alejandro da Rocha Souto Padrón
Felipe dos Santos Martins
Mariana Leite Moraes da Costa
José Bruno Ramos Torres Fevereiro
Pedro Américo de Alemida Ferreira
Hugo Hoffmann Borges

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2015

Carta de conjuntura / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de
Análise e Previsões. – (dez.2007)- . Rio de Janeiro :
Ipea. Dimac, 2007-

Trimestral.

Títulos anteriores: Carta de conjuntura INPES, (maio 1988 -
maio 1990); Carta de conjuntura IPEA, (ago. 1990 - dez. 1998).
Suspensa de 1999 a nov. de 2007.
ISSN 1982-8772

1. Economia. 2. Macroeconomia. 3. Previsão Econômica. 4.
Indicadores Econômicos. 5. Brasil. 6. Periódicos. I. Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas. Grupo de Análise e Previsões.

CDD 330.05

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

As seções desta carta foram produzidas com informações disponíveis em 15 de abril de 2015.

NOTA TÉCNICA

UMA METODOLOGIA SIMPLIFICADA DE ESTIMAÇÃO DO CONSUMO DO GOVERNO NOMINAL EM BASES TRIMESTRAIS

Cláudio Hamilton Matos dos Santos¹
Alejandro Padrón²
Felipe dos Santos Martins³
Mariana Leite Moraes da Costa⁴

Introdução

No período 1996-2014, o consumo do governo brasileiro flutuou em torno de 19% do Produto Interno Bruto (PIB) referência 2010. Ainda assim, pouco se escreve sobre o consumo do governo no Brasil⁵.

Esta nota tem como objetivo contribuir para preencher esta lacuna, apresentando uma metodologia simplificada de estimação do consumo nominal do governo em bases trimestrais a partir de dados disponíveis para o público em geral.

O restante deste estudo está organizado em quatro seções. A próxima trata de esclarecer os conceitos básicos relevantes. A terceira seção apresenta e justifica as aproximações utilizadas, enquanto a quarta seção apresenta e discute os resultados obtidos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

² Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac do Ipea.

³ Pesquisador do PNPD na Dimac do Ipea.

⁴ Pesquisador do PNPD na Dimac do Ipea.

⁵ Santos *et al.* (2014) é uma das exceções que confirmam a regra.

Conceitos Básicos

O chamado consumo do governo – mais especificamente, as despesas de consumo final das administrações públicas – compreende(m) as “despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas, etc.) efetuados pelas famílias” (IBGE, 2008a, p.164).

Seguindo Santos *et al.* (2014), aproximamos o consumo do governo pela “produção total do governo”⁶ que, por sua vez, pode ser decomposta em: i) valor adicionado das administrações públicas, isto é, os gastos (efetivos e imputados) com a remuneração dos funcionários públicos ativos de todos os entes de governo mais a depreciação (imputada) do estoque de capital fixo das administrações públicas⁷; e ii) o consumo intermediário do governo, ou seja, os gastos com bens e serviços mercantis (efetivos e imputados) consumidos pelas administrações públicas na produção dos serviços públicos.

A remuneração dos servidores públicos ativos inclui pagamentos de *salários* e das *contribuições efetivas e imputadas*. As *contribuições efetivas* têm como objetivo principal financiar os regimes de previdência dos funcionários públicos, estatutários ou não. Já as *contribuições imputadas* visam valorar o benefício dado aos servidores públicos estatutários de poderem contar com regimes especiais de previdência social. O gasto com a depreciação do capital fixo (i.e. o excedente operacional bruto) das administrações públicas, por sua vez, é uma estimativa teórica do desgaste dos equipamentos públicos ao longo de um determinado período (Santos *et al.*, 2014). Tal desgaste é tido como uma despesa (custo) a mais para as administrações públicas decorrente da produção dos serviços públicos, ainda que não impliquem desembolsos financeiros a quem quer que seja. O consumo intermediário, por seu turno, “representa o valor dos bens e serviços mercantis consumidos [pelas referidas administrações

⁶ Essa aproximação não é perfeita. No ano de 2011, por exemplo, o consumo do governo foi de R\$ 817,37 bilhões, enquanto que a produção total do governo atingiu R\$ 830,26 bilhões. Ver Santos *et al.* (2014) para detalhes.

⁷ Que é igual, por definição, ao Excedente Operacional Bruto do governo (ver tabela 1).

públicas] ao longo do período no processo corrente de produção” (IBGE, 2008a, p. 34).

A tabela 1 apresenta os valores relevantes para os anos 2010 e 2011⁸ publicados nas novas contas nacionais referência 2010 (IBGE, 2015a).

Tabela 1 - Decompondo o valor da produção do governo (R\$ bilhões correntes)

	2010	2011
1. Valor adicionado bruto (PIB)	537.845	598.059
1.1. Remunerações	487.166	541.126
1.1.1 Salários	373.220	413.395
1.1.2 Contribuições sociais efetivas	63.234	73.092
1.1.3 Contribuições sociais imputadas	50.172	54.639
1.2. Excedente operacional bruto (EOB)	50.659	56.846
1.3. Outros impostos sobre a produção	20	87
2. Consumo Intermediário	209.063	232.201
3. Valor da produção = (1)+(2)	746.908	830.260
Memo: Consumo do governo	738.966	817.370

Fonte: IBGE (2015). Tabelas de Recursos e Usos

Metodologia

A metodologia utilizada nessa nota consistiu em tentar replicar, a partir de dados de alta frequência disponíveis para o público em geral, o esforço anterior de Santos *et al.* (2014) com dados anuais.

Crucial em ambos os esforços foi o tradutor simplificado entre os conceitos da contabilidade pública e o Sistema de Contas Nacionais (SNC) referência 2000 publicado pelo IBGE (2008b). Este tradutor permite a construção de séries indicadoras para os componentes selecionados do valor da produção do governo a partir dos dados primários das finanças públicas brasileiras⁹.

⁸ Ressalta-se que estes são os últimos anos para os quais estão disponíveis as Contas Nacionais Anuais.

⁹ Nesse primeiro momento, optou-se por não reportar estimativas da depreciação de capital fixo da administração pública em alta frequência. Espera-se, entretanto, que seja possível fazê-lo – aperfeiçoando, com isso, as estimativas atuais – já na próxima edição da Carta de Conjuntura do Ipea.

Registre-se que o IBGE ainda não divulgou um tradutor oficial semelhante ao publicado em IBGE (2008b) para as contas referência 2010. Inclusive por conta disso, os resultados apresentados nesta nota devem ser vistos apenas como primeiras aproximações. Com efeito, esperamos poder revisitar e refinar os números desta nota sempre que mais e melhores dados estiverem disponíveis.

Mas já é possível construir estimativas razoavelmente precisas para o consumo do governo nominal trimestral (referência 2010) mesmo sem o tradutor oficial atualizado (ver seção IV). Para tanto, é preciso prestar especial atenção a uma característica das contas referência 2010 relativamente pouco divulgada pelo IBGE¹⁰ – qual seja, a troca do critério de mensuração do gasto público, com o conceito de *empenho* utilizado nas contas referência 2000 dando lugar ao conceito de *liquidação efetiva*. Trata-se de uma diferença importante. O empenho de uma despesa indica apenas que recursos foram separados no orçamento público para financiá-la e não que a despesa tenha, de fato, ocorrido¹¹. Tecnicamente a despesa pública ocorre apenas quando de sua *liquidação* – i.e. quando do reconhecimento pelo ente público da dívida com o fornecedor do bem ou serviço adquirido –, daí a racionalidade da mudança promovida nas novas contas nacionais (anuais). O adjetivo *efetiva*, por seu turno, se deve ao fato de que o valor das despesas liquidadas disponibilizado nos relatórios contábeis dos entes públicos em um dado ano X usualmente subestima o valor *efetivamente* liquidado em X. Isso ocorre porque esses dados incluem apenas os valores do orçamento do ano X (empenhados e) liquidados em X, desconsiderando os valores empenhados em (de orçamentos de) anos anteriores a X e liquidados em X. Daí a necessidade de somar aos dados liquidados convencionais os valores dos “restos a pagar não processados” empenhados em anos anteriores e liquidados e pagos em X¹². No que se segue, aproximamos estes últimos valores pela soma de todos os restos a pagar (RPs) pagos pelos entes públicos em X.

¹⁰ Posto que não aparece, por exemplo, em IBGE (2015b).

¹¹ Posto que empenhos feitos em um dado ano X podem ser cancelados no final de X ou postergados para serem gastos em anos posteriores a X.

¹² O administrador público que empenhou uma despesa no ano X, mas não conseguiu liquidá-la, tem basicamente duas opções. A primeira é cancelar o empenho e desistir da despesa. A segunda é inscrever a despesa (já empenhada) em “restos a pagar não processados” no último dia útil de X. Nesse caso, a despesa pode ser liquidada em anos posteriores a X.

Os dados utilizados nesta nota foram retirados de três fontes primárias: os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), disponibilizados pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN)¹³; os Portais de Transparência (PTs) dos Estados; e o SIGA Brasil, publicado pelo Senado Federal. Adicionalmente, dados das bases Finbra – Finanças do Brasil e a Execução Orçamentária dos Estados (EOE) da Secretaria do Tesouro Nacional foram utilizados em ajustes específicos descritos abaixo.

As informações acessadas via SIGA Brasil e pelos PTs estão disponíveis em frequência mensal e com abertura até *elemento de despesa*¹⁴. Como as CNT possuem frequência trimestral, fez-se necessário somar os dados mensais em trimestres.

No entanto, o mesmo não pode ser feito para os dados provenientes dos RREOs, que têm frequência bimestral e são agregados por *grupo de natureza de despesa* (GND)¹⁵. Registre-se, desde logo, que todas as estimativas trimestrais construídas a partir de dados bimestrais nesta nota foram calculadas dividindo-se em dois os valores reportados no segundo e no quinto bimestres e distribuindo-se essas metades entre os trimestres relevantes. Após a trimestralização dos dados, foram necessárias modificações específicas para cada ente da Federação de acordo com os dados disponíveis:

União

Os dados das *contribuições efetivas* da União foram retirados do SIGA Brasil, sob os elementos 319013 e 319113 – *Obrigações Patronais (orçamentárias e intraorçamentárias)*. Em seguida, as obrigações *intraorçamentárias* foram criticadas pela informação dos demonstrativos das receitas e despesas previdenciárias dos RPPS Federal, publicadas no RREO da União. Já as *contribuições imputadas*¹⁶ foram

¹³ A partir de 2015, os RREO's passaram a ser disponibilizados pelo Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

¹⁴ Ver Gobetti e Orair (2014) para detalhes.

¹⁵ Grupos de natureza de despesa (GNDs) agregam despesas bastante diferentes do ponto de vista macroeconômico. Para maiores detalhes, ver "Plano de Contas Aplicado ao Setor Público" (PCASP 2015).

¹⁶ O IBGE aproxima esse valor pelo déficit do Regime Próprio de Previdência Social.

retiradas do RREO da União (Anexo 4) e trimestralizadas de acordo com o método acima.

Estados

Santos *et al.* (2015) averiguaram a disponibilidade de dados detalhados e em alta frequência sobre as despesas das administrações públicas estaduais nos PTs. Conforme descrito pelos autores, há problemas com os dados das *despesas liquidadas* de alguns estados, mas os estados com dados confiáveis respondem por cerca de 80% da *despesa liquidada* total no âmbito estadual.

Adicionalmente, Santos et al (2015) relataram que as informações a respeito dos restos a pagar (RPs) disponíveis nos PTs são, em geral, escassas e pouco confiáveis. Por conta disso, optou-se aqui por utilizar os dados dos RPs disponíveis nos RREOs de cada estado. Cabe ressaltar que apenas foram utilizados dados de RPs para os estados com *despesa liquidada* obtida via PTs, de maneira que todo o estado presente na amostra possui ambas as informações de RPs pagos e *despesas liquidadas*.

No entanto, as informações sobre os RPs nos RREOs estão segmentadas por órgão e não por *elemento de despesa*. Diante disto, fez-se necessário ajustar os dados de modo a mensurar quanto do total de RPs pagos presente nos RREOs se refere aos componentes do consumo do governo. Para tanto, utilizou-se a base EOE a fim de identificar o peso anual de cada componente do consumo do governo nos RPs pagos. Em seguida, estes pesos foram aplicados aos RPs pagos trimestralizados, de forma a obter uma aproximação do pagamento trimestral de RPs referentes ao consumo do governo. Ressalte-se que o procedimento adotado parte da hipótese de que os referidos pesos anuais se mantêm uniformes em todos os trimestres do ano em questão¹⁷.

No caso das *contribuições efetivas* dos estados, parte dos dados foi retirada dos PTs e outra parte do Anexo 4 (antigo anexo V) do RREO, procedimento análogo ao realizado com os dados da União Federal.

¹⁷ Os pesos de 2011 foram utilizados também em 2010 porque as informações referentes à RPs só estão disponíveis na base EOE a partir de 2011. Da mesma forma, os pesos de 2013 foram utilizados também em 2014 porque até o fechamento desta nota a base EOE não incluía dados para 2014.

Assim, os dados estaduais da amostra são compostos tanto por dados primários extraídos dos PTs quanto de aproximações dos *restos a pagar pagos* construídas a partir de dados dos RREOs e da EOE. A amostra final conta com o Distrito Federal e mais 10 estados, a saber: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Cabe notar que estes estados são responsáveis por aproximadamente 70% de todo o gasto estadual para os anos de interesse.

Municípios

Nesse primeiro momento da pesquisa a opção foi por evitar as dificuldades técnicas associadas à coleta e filtragem dos dados dos milhares de municípios brasileiros, trabalhando apenas com uma amostra limitada dos maiores municípios que, não obstante, representou 27,29% do gasto liquidado municipal total informado no Finbra para o ano de 2013¹⁸. A amostra utilizada nessa nota é composta por 17 municípios, a saber: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e São Paulo.

Uma pesquisa nos PTs das prefeituras das capitais brasileiras mostrou ser impraticável a utilização de dados destes portais. Daí que apenas as informações contidas nos RREOs (bimestrais) foram utilizadas. Todavia, os dados de *despesa liquidada* dos RREOs são abertos apenas por GND. Por consequência, fez-se necessário estimar, para cada município, o peso de cada componente do consumo do governo dentro de cada GND. Isto é possível a partir do tradutor do IBGE (2008b), que, aplicado ao Finbra, permite identificar o peso relativo dos *elementos de despesa* que formam cada componente do consumo do governo em cada GND. Logo, os pesos estimados foram: i) Salários/GND 1; ii) Salários/GND 3; iii) Contribuição Efetiva/GND 1; e iv) Consumo Intermediário/ GND 3. Tal como no caso dos estados, adotou-se a hipótese de que os pesos se mantêm constantes ao longo do ano¹⁹.

¹⁸ Inicialmente, foi considerada uma amostra de 22 municípios que correspondesse a 30% de todo o gasto liquidado municipal, porém cinco municípios precisaram ser retirados por apresentarem dados inconsistentes.

¹⁹ Adicione-se que os pesos da despesa liquidada de 2013 foram utilizados também para o ano de 2014, em virtude da indisponibilidade de dados do Finbra para esse último ano até o fechamento dessa nota.

Quanto aos RPs dos municípios, realizou-se procedimento análogo ao utilizado para os estados, utilizando o Finbra como fonte para o cálculo dos pesos²⁰.

Resultados

O esforço descrito na seção anterior permitiu a construção de séries indicadoras (ver Bloem *et al.*, 2001) para os vários componentes da produção total das administrações públicas desagregadas por ente federado. Estas séries foram construídas a partir de dados de 11 estados brasileiros, 17 municípios e da União Federal.

A hipótese de partida foi que, por conta das características das bases de dados primárias utilizadas e de questões metodológicas relacionadas às contas nacionais, as várias séries indicadoras teriam qualidades diferentes. Em particular, as séries indicadoras para os *salários* e para as *contribuições imputadas e efetivas* – principalmente da União e dos estados – deveriam ser melhores do que as séries indicadoras para o *consumo intermediário*, principalmente dos municípios²¹. Entendia-se, ademais, que a qualidade dos dados liquidados convencionais seria melhor do que a qualidade dos dados de restos a pagar²².

A opção, assim, foi por um processo de seleção que permitisse identificar as séries indicadoras com maior conteúdo informacional. Mais precisamente, várias estimativas trimestrais do consumo nominal do governo foram calculadas a partir de várias combinações de séries indicadoras e do método de Denton (1971)²³, sempre utilizando o valor anualizado do consumo nominal do governo publicado nas contas

²⁰ O Finbra apenas disponibiliza dados de RP's a partir do ano de 2013. Assim, os pesos de RP's de 2013 foram adotados para todos os anos da série.

²¹ Há pelo menos duas razões para isto. A primeira é que o peso dos elementos de despesa contabilizados como remunerações no GND 1 é bem maior do que o peso dos elementos de despesa contabilizados como consumo intermediário no GND 3. A segunda é que a amostra de municípios é bem menor do que a amostra dos estados.

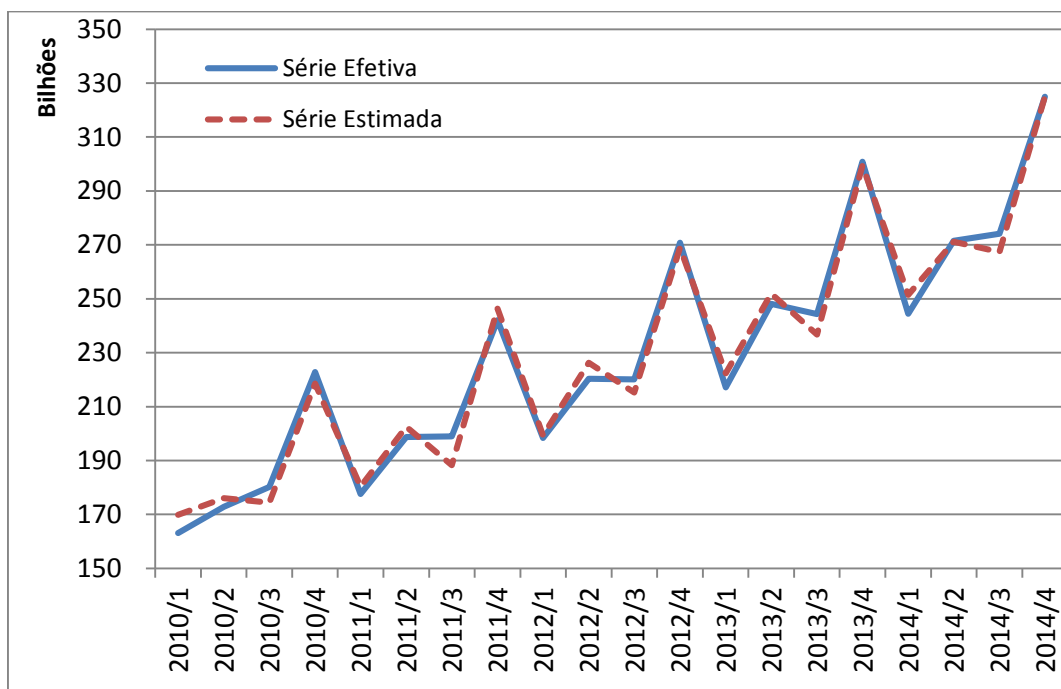
²² Isto porque o peso dos elementos de despesa associados ao consumo do governo no total dos RPs pagos é relativamente pequeno.

²³ O método de Denton é o indicado pelo manual das contas nacionais trimestrais do Fundo Monetário Internacional (ver Bloem *et al.*, 2001) e utilizado pelo IBGE no cálculo das CNT (IBGE, 2008c).

nacionais trimestrais como dado anual de referência. As diversas estimativas – expostas na tabela em anexo – foram, então, comparadas com base em seu erro quadrado médio em relação à série publicada nas CNTs.

O resultado desse processo de seleção foi a utilização da série indicadora composta pelos dados das despesas *liquidadas* da união, estados e municípios com *salários*, *contribuições efetivas* e *contribuições imputadas*, excluindo-se – como antecipado – as despesas com *consumo intermediário* e os restos a pagar. O grau de aderência das séries estimada e efetiva aparece abaixo.

Gráfico 1 - Consumo Nominal do Governo e Estimativa do Consumo Nominal do Governo (em valores nominais)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, Siga Brasil, PTs estaduais e SISTN.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

A tabela 2 deixa claro que os maiores erros de estimação se concentram nos anos de 2010 e 2011. O terceiro trimestre de 2011 foi o que apresentou o maior desvio, 5,38%; contudo, a partir de 2012, o maior desvio percentual é inferior a 3%, exclusive o terceiro trimestre de 2013, com 3,11%.

Tabela 2 - Desvios da Série Estimada do Consumo Nominal do Governo em relação à Série de Consumo Nominal do Governo das Contas Nacionais Trimestrais (valores nominais em bilhões de reais e valores percentuais)

Trimestre	Contas Nacionais Trimestrais	Série Estimada	Desvio
2010/1	163,11	169,90	4,16%
2010/2	172,80	176,10	1,91%
2010/3	180,25	174,40	-3,24%
2010/4	222,81	218,60	-1,89%
2011/1	177,58	180,30	1,53%
2011/2	198,67	202,50	1,93%
2011/3	199,00	188,30	-5,38%
2011/4	242,12	246,40	1,77%
2012/1	198,33	199,30	0,49%
2012/2	220,36	226,30	2,69%
2012/3	220,14	215,20	-2,24%
2012/4	270,78	268,90	-0,70%
2013/1	217,08	222,40	2,45%
2013/2	248,11	251,90	1,53%
2013/3	244,31	236,70	-3,11%
2013/4	300,85	299,40	-0,48%
2014/1	244,40	251,50	2,90%
2014/2	271,49	271,20	-0,11%
2014/3	274,12	267,30	-2,49%
2014/4	324,89	325,00	0,03%

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, Siga Brasil, PTs estaduais e SISTN.
Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

A representatividade das séries indicadoras construídas pode ser estimada pela comparação de seus totais anualizados com os valores reportados nas novas contas nacionais referência 2010 (IBGE 2015a) – ver tabela 3. A representatividade das contribuições imputadas é próxima de 100%, seguida pela participação dos salários, que representam 55,01% em 2010 e 55,75% em 2011. Por fim, as contribuições efetivas variam de 44,72% em 2010 a 43,67% em 2011.

Tabela 3 - Participação dos componentes do consumo do governo presentes na série indicadora (Valores nominais em bilhões de reais e percentuais)

Sistema de Contas Nacionais Ref. 2010			
		2010	2011
Valor IBGE	Salários	373,22	413,39
	Contribuições Efetivas	63,23	73,09
	Contribuições Imputadas	50,71	54,64
Tamanho da Amostra			
Amostra Obtida	Salários	205,32	230,48
	Contribuições Efetivas	28,28	31,92
	Contribuições Imputadas	51,07	54,38
Representatividade da Amostra			
Representatividade e da Amostra	Salários	55,01%	55,75%
	Contribuições Efetivas	44,72%	43,67%
	Contribuições Imputadas	100,71%	99,53%

Fonte: Contas Nacionais Anuais: Tabela de Recursos e Usos, Siga Brasil, PTs estaduais e SISTN.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Considerações Finais

Esta nota teve como objetivo apresentar uma metodologia simples de estimação do consumo nominal trimestral do governo utilizando apenas dados de relatórios oficiais abertos ao público em geral. A precisão das estimativas apresentadas cresceu durante a amostra, atingindo 97% a partir de 2012.

Felizmente, a qualidade das estimativas apresentadas ainda pode ser significativamente melhorada de várias maneiras – por exemplo, com a inclusão de um número maior de municípios na amostra, estimativas mais refinadas do consumo intermediário dos entes federados e de estimativas trimestrais da depreciação do estoque de capital fixo da administração pública – e certamente será beneficiada pela publicação das novas tabelas de recursos e usos nas contas nacionais trimestrais. Espera-se, assim, poder reportar, neste espaço, estimativas mais precisas dos dados

nominais – e do próprio índice de volume do consumo do governo – já nos próximos meses.

REFERÊNCIAS

BLOEM, A. M.; DIPPELSMAN, R.; MÆHLE, N. Ø. Quarterly national accounts manual: concepts, data sources, and compilation. Washington: **IMF**, 2001. Disponível

em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/qna/2000/Textbook/> Acesso em: 22 abr. 2015.

DENTON, F. T. Adjustment of monthly or quarterly series to annual totals: an approach

based on quadratic minimization. **Journal of the American Statistical Association**, v. 66, n. 333, p. 99-102, 1971.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. (Série Relatórios Metodológicos, v. 24) Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/SRM_contasnacionais.pdf> Acesso em: 22 abr. 2015

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. (Séries Relatórios Metodológicos, v. 29). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Contas nacionais trimestrais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008c. (Série Relatórios Metodológicos, v. 28). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/srmtrimestrais.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Sistema de Contas Nacionais 2010-2011**. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/defaulttab.xls.shtm>> Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Nota metodológica Governo e Administração Pública**. Atualizada em 12/02/2015. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default_SCN_2010.shtm. Acesso em: 01 jun. 2015.

GOBETTI, S. W. e ORAIR, R. O. Classificação e Análise das Despesas Públicas Federais pela Ótica Macroeconômica (2002-2009). In: SANTOS, C. H.; GOUVEA, R. R. (Org.). **Finanças públicas e macroeconomia no Brasil**: um registro da reflexão do Ipea (2008-2014). 1. ed. Brasília: Ipea, 2014, v. 1. p. 339-374. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_financas_vol_1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SANTOS, C. H. *et al.* Uma análise da composição do consumo do governo nas Contas Nacionais Referência 2000. In: SANTOS, C. H.; GOUVEA, R. R. (Org.). **Finanças públicas e macroeconomia no Brasil**: um registro da reflexão do Ipea (2008-2014). 1. ed. Brasília: Ipea, 2014, v. 1. p. 375-423. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_financas_vol_1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SANTOS, C. H. *et al.* Uma nota sobre a utilização de dados dos portais de transparência em análises conjunturais sobre as finanças públicas dos estados brasileiros. **Carta de Conjuntura nº26** Brasília: Ipea, 2015, p. 145-158. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25172&Itemid=3>. Acesso em: 25 mai. 2015.

UN – UNITED NATIONS *et al.* System of national accounts: 2008. New York: UN, 2009. Disponível em:

<<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015

ANEXO I – Séries Indicadoras Testadas

Esfera	Etapa da Despesa	Componentes	Série 1	Série 2	Série 3	Série 4	Série 5	Série 6	Série 7	Série 8	Série 9	Série 10	Série 11	Série 12	Série 13*
União	Despesas Liquidadas	Salários + Contribuição Efetiva	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		Contribuições Imputadas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		Consumo Intermediário								✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Restos a Pagar Pagos	Salários + Contribuição Efetiva		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
		Consumo Intermediário								✓	✓	✓	✓		
Estados	Despesas Liquidadas	Salários + Contribuição Efetiva			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		Consumo Intermediário									✓	✓	✓	✓	
	Restos a Pagar Pagos	Salários + Contribuição Efetiva				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
		Consumo Intermediário										✓	✓	✓	
Municípios	Despesas Liquidadas	Salários + Contribuição Efetiva					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		Consumo Intermediário											✓	✓	
	Restos a Pagar Pagos	Salários + Contribuição Efetiva						✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
		Consumo Intermediário												✓	
Erro quadrado médio			17,922	19,088	3,546	7,469	6,404	9,136	8,876	9,012	11,453	9,863	8,442	8,129	2,778

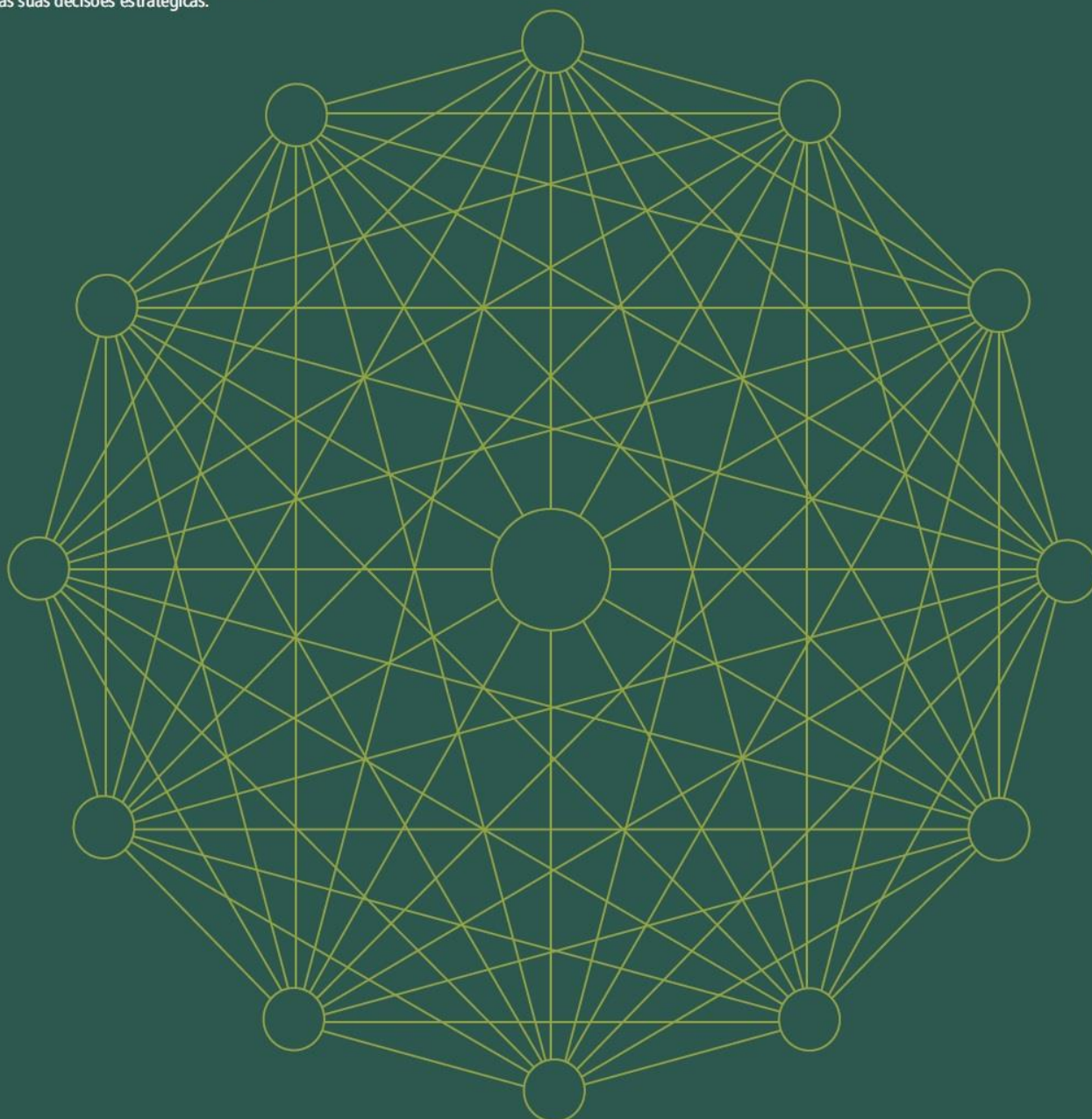
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, Siga Brasil, PTs estaduais e SISTN.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

* Série selecionada

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

